

ND



PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4104

(48) 3212 4161

opec@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA
CNPJ: 07.829.836/0001-42

Relatório da administração - 2021

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 714.509.342,00 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.509.342 (setecentas e quatorze milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A. - CPFL-G	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	9%

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 714.129.342,00 (setecentos e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.129.342 (setecentas e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2021 foi de 98,65% (não auditado), superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 248/2015, determinado em 94,26%.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e 427,2 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.742.272,00 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2021 foi de 2.503.008,15 MWh. O número foi 33,12% abaixo da energia assegurada, em função das condições hidrológicas.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2021 uma receita operacional líquida de R\$ 1.068.277 milhões, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 1.018.314 milhões e lucro líquido de R\$ 435.952 milhões.

O saldo de financiamento em dezembro de 2021 é de R\$ 780.657 milhões e vem sendo amortizado mensalmente. A última parcela de amortização está prevista para 15 de setembro de 2027.

Gestão Corporativa

A Foz do Chapecó Energia obteve em dezembro de 2021, da certificadora British Standards Institution (BSI), recomendação para manutenção nas normas ISOs 9001:2015; 14001:2015 e 45001:2018.

Em 2021, a empresa começou o processo de implantação da agenda ESG. Foi realizado o diagnóstico de maturidade, que apontou destaque nas áreas de Impactos da Biodiversidade, Segurança de Barragens, Licenças e Aspectos Regulatórios, Gestão de Fornecedores, Gestão de Riscos Críticos e Sistêmicos, Ética, Integridade e Transparência. A partir do diagnóstico, começamos a jornada de atuação para a melhoria contínua e a adequação às melhores práticas do mercado, com priorização dos temas de ação e medidas a curto, médio e longo prazo.

Gestão Socioambiental

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Em 2021, a empresa aportou, por meio das leis de incentivo fiscal, R\$ 2,753 milhões, em 35 projetos sociais voltados ao desenvolvimento e à inclusão social nos municípios abrangidos pela usina. A empresa também forneceu ajuda aos municípios no combate à Covid-19, com doações para as principais unidades de saúde dos municípios abrangidos pela usina. Diversos canais de comunicação estão disponíveis para que as comunidades abrangidas possam ter acesso fácil e informação sobre o empreendimento, mantendo assim um relacionamento transparente e de credibilidade. A Foz do Chapecó Energia também promoveu a recuperação de áreas degradadas. Foram plantadas 28.544 mudas em 12,31 hectares em áreas de corredores de fauna e 82,76 hectares localizados na APP do reservatório, totalizando 95,07 hectares. Ainda, foram efetuadas solturas de 247.749 alevinos das espécies curimatá, dourado, surubí, piracanjuba e piava para o repovoamento do reservatório da UHE Foz do Chapecó.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2021, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 10,655 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 4,262 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2,131 milhões alocado no Ministério de Minas e Energia e R\$ 1,279 milhão para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outros R\$ 2,717 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	17	209.790	122.643	Fornecedores	13	-	-	18.144	18.506
Aplicações financeiras	5	-	-	133.659	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	137.959	138.128
Contas a receber de clientes	7	-	-	132.479	117.074	Salários e obrigações sociais	-	-	-	1.802	1.667
Impostos a recuperar	8	2	2	1.422	243	Impostos a recolher	15.a	-	-	8.045	7.061
Dividendos a receber	10	345	345	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.b	-	-	128.540	98.105
Despesas antecipadas	9	-	-	384	376	Taxas regulamentares	16	-	-	24.646	30.876
Outros créditos	-	-	-	13.303	24.771	Uso do bem público	17	-	-	89.805	77.070
		364	364	491.037	265.107	Provisão para riscos cíveis	18	-	-	32.530	-
										441.471	371.413
Não circulante						Não circulante					
Despesas antecipadas	9	-	-	10	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	642.698	778.003
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	57.063	56.490	Taxas regulamentares	16	-	-	1.007	2.045
Impostos a recuperar	8	-	-	198	60	Uso do bem público	17	-	-	964.135	789.590
Outros créditos	-	-	-	3.692	-	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	1.477	1.998
Investimento em controlada	10	1.135.282	933.985	-	-	Impostos diferidos	24.a	-	-	65.470	12.691
Imobilizado	11	-	-	2.063.688	2.195.114					1.674.787	1.584.327
Intangível	12	-	-	636.216	373.318						
		1.135.282	933.985	2.760.867	2.624.982						
Total do ativo		1.135.646	934.349	3.251.904	2.890.089	Patrimônio líquido	19				
						Capital social		714.509	714.509	714.509	714.509
						Reservas de lucros		421.137	219.840	421.137	219.840
						Total do patrimônio líquido		1.135.646	934.349	1.135.646	934.349
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.135.646	934.349	3.251.904	2.890.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	20	-	-	1.068.277	935.862
Custo de geração de energia elétrica	21	-	-	(168.460)	(300.255)
Resultado bruto		-	-	899.817	635.607
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	22	-	-	(21.916)	(5.581)
Honorários da administração	26	-	-	(1.463)	(1.391)
Resultado de equivalência patrimonial	9	435.952	280.466	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	1.928	151
		435.952	280.466	(21.451)	(6.821)
Resultado antes do resultado financeiro		435.952	280.466	878.366	628.786
Receitas financeiras	23	-	-	18.592	11.789
Despesas financeiras	23	(1)	(1)	(240.055)	(209.535)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		435.951	280.465	656.903	431.040
Contribuição social corrente	24	-	-	(45.255)	(35.493)
Imposto de renda corrente	24	-	-	(122.918)	(96.767)
Contribuição social diferida	24	-	-	(13.971)	(4.848)
Imposto de renda diferido	24	-	-	(38.808)	(13.467)
Resultado do exercício		435.951	280.465	435.951	280.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	435.951	280.465	435.951	280.465
Total do resultado abrangente	435.951	280.465	435.951	280.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção	A destinar		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	714.509	91.975	-	218.174	-	1.024.658
Destinação para reserva de retenção de exercícios anteriores	-	-	218.174	(218.174)	-	-
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	152.600	(152.600)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(218.174)	-	-	(218.174)
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(152.600)	-	-	(152.600)
Resultado do exercício	-	-	-	-	280.465	280.465
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	14.023	-	-	(14.023)	-
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	266.442	(266.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	714.509	105.998	-	113.842	-	934.349
Saldos em 01 de janeiro de 2021	714.509	105.998	-	113.842	-	934.349
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	120.812	(120.812)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(113.842)	-	(113.842)
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(120.812)	-	-	(120.812)
Resultado do exercício	-	-	-	-	435.951	435.951
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	21.798	-	-	(21.798)	-
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	414.153	(414.153)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	714.509	127.796	-	293.341	-	1.135.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos		435.951	280.465	656.903	431.040
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	-	-	162.453	86.627
Repactuação do risco hidrológico	12	-	-	(185.419)	-
Equivalência patrimonial	10	(435.952)	(280.466)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	14	-	-	61.608	72.574
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	(702)	(1.055)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	-	16.042	-
Resultado baixa de imobilizado	-	-	-	434	465
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	16.669	110
Varição monetária e AVP do uso do bem público	17	-	-	161.507	136.609
Rendimento das aplicações financeiras	23	-	-	(14.153)	(9.522)
		(1)	(1)	875.342	716.848
Redução (aumento) dos ativos:					
Contas a receber de clientes	-	-	-	(15.405)	(2.828)
Impostos a recuperar	-	-	-	(1.317)	17.371
Despesas antecipadas	-	-	-	(18)	13.631
Outros créditos	-	-	-	7.775	(4.332)
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores	-	-	-	(362)	4.474
Salários e obrigações sociais	-	-	-	135	14
Impostos a recolher	-	-	-	17.067	-
Taxas regulamentares	-	-	-	(7.268)	1.000
Caixa gerado pelas operações		(1)	(1)	875.949	746.178
Despesas financeiras e juros pagos	14	(1)	1	(61.777)	(73.205)
IRPJ e CSLL pagos	-	-	-	(152.426)	(149.097)
Caixa líquido (usado nas) geradas pelas atividades operacionais		(2)	-	661.746	523.876
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(3.845)	(4.699)
Aplicações financeiras	-	-	-	(120.106)	9.522
Aquisição de intangível	11	-	-	(129)	(45)
Recebimento de dividendos	-	234.655	443.507	-	-
Fluxo de caixa proveniente das (usados nas) atividades de investimento		234.655	443.507	(124.080)	4.778
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos	18.c	(234.653)	(443.499)	(234.653)	(443.499)
Pagamento do uso do bem público	17	-	-	(79.193)	(71.760)
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(135.305)	(135.305)
Captção de aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	52.172	(70.272)
Rendimento sobre resgate de aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	2.058	-
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	(55.598)	74.180
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(234.653)	(443.499)	(450.519)	(646.656)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	17	9	87.147	(118.002)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</					

continuação.

Licenças ambientais

Foram obtidas com os órgãos ambientais as licenças ambientais necessárias para a implantação da UHE Foz do Chapecó. Após a entrada em operação da UHE Foz do Chapecó, somente a licença ambiental de operação sofrem processo de renovação periódica:

- Em 26 de dezembro de 2019, o Ibama emitiu a 1ª renovação da Licença de Operação de nº 949/2010 com validade de 10 anos.

Contrato de Concessão

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP), o montante de R\$ 504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 7.484. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 1.053.940 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 866.660 em 31 de dezembro de 2020), vide nota explicativa nº 17a.

Repactuação do risco hidrológico - A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) alterou algumas Leis e dentre as quais está a nº 13.203 de 08 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, na qual trouxe a possibilidade de prorrogação da outorga. Em 14 de setembro de 2021, a Aneel emitiu a resolução homologatória nº 2.932, com extensão de prazo da outorga das usinas participantes no Mecanismo de Realocação de Energias – MRE. Houve um aumento de 1.011 dias no prazo de concessão da controlada Foz do Chapecó e um pleito referente a repactuação do risco hidrológico do período anterior ao ano de 2015 da energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e sua controlada observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Em 12 de novembro de 2021, a controladora Foz do Chapecó enviou para a Aneel o termo de aceitação de prazo de concessão de outorga e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE conforme estabelecido na resolução homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021 e na resolução homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

O impacto da extensão de prazo foi calculado pela CCEE na data base dezembro de 2020. O montante foi de R\$ 185.419 e a Companhia e sua controlada reconheceram em setembro de 2021 como intangível e redução de custo na compra de energia com diferimento para IRPJ e CSLL. A amortização foi reconhecida no resultado a partir de setembro de 2021 pelo prazo de concessão com extensão dos 1.011 dias, consequentemente revertendo o imposto diferido sobre o valor realizado e amortizado (notas explicativas nº 12 e 21.a). Como consequência à Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, houve recálculo da UBP a valor presente, o qual foi reconhecido no mês de dezembro de 2021 no ativo intangível e passivo de longo prazo o montante de R\$ 104.966 referente a data base de setembro de 2021 relativo a UBP correspondente ao incremento do prazo da concessão.

Destinação da energia

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

- 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 (PPA - Power Purchase Agreement) e corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado) e corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA. Está previsto em cláusula contratual dos CCEARs que todas as obrigações e direitos sejam assumidos pelo sucessor da titularidade da concessão.

Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). Até o momento a Companhia e sua controlada não registraram nenhuma inadimplência de seus clientes. A Companhia e sua controlada operam em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia.

Em 23 de junho de 2020, surgiu a resolução nº 885 que dispõe sobre a Conta-Covid, cujo o objetivo é reduzir o impacto dos efeitos da pandemia. Através do decreto nº 10350/2020 foram estabelecidos critérios de empréstimos às empresas do setor para superar a crise. A Companhia e sua controlada avaliaram os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluíram que no exercício de 2021 até presente data não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante no montante de R\$ 49.566 (em 31 de dezembro de 2020 apresentou capital circulante negativo de R\$ 106.306, que foi revertido através da geração de caixa operacional em 2021).

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2022.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio de resultado.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Partes relacionadas: Apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas, e
- Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

• **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia e sua controlada só possuem passivos classificados e mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferirem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuem perdas sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reco-

nhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela Aneel.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Em 13 de outubro de 2020 a Companhia e sua controlada enviaram a correspondência CE-FCE-0140-20 para a Aneel, questionando sobre o direito de indenização do valor residual dos bens ao final da concessão, e em 19 de novembro de 2020, por meio do Ofício nº 510/2020-SFF/Aneel, a Aneel respondeu que não há que se falar em indenização ao final do prazo contratual, amparado no § 2º do art. 4º da Lei nº 9074/1995, e a partir do Parecer da Procuradoria Jurídica da Aneel nº 170/2013-PGE/Aneel/PGF/AGU, 02 de abril de 2013. De acordo com o exposto, a administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estará limitada ao prazo de concessão. O efeito desta mudança foi um incremento a partir de janeiro de 2021 de uma despesa mensal com depreciação de R\$ 6.143.

Com o retorno da correspondência ocorrendo ainda em 2020, foi necessário efetuar um complemento de depreciação referente a um mês de depreciação pelo novo critério. O valor envolvido era imaterial e foi ajustado em 2021.

Em consequência da extensão de prazo da concessão definido pela Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, houve um aumento da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Desta forma, foi recalculada a cota mensal de depreciação para este novo período de concessão, a despesa mensal passou de R\$ 11.459 para R\$ 8.715.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira, ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período

continua.

continuação.

em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela administração da Companhia e sua controlada.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(j) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

(k) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 10, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

k. Ajuste a valor presente

As obrigações de uso do bem público são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGP-M e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no início (2011) do cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos de 5,30% a.a. e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho

5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

o. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma nova norma foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2021 e não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16) que entrou na fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020;
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12), e
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	17	17	290	233
Aplicações financeiras	-	-	209.500	122.410
Total	17	17	209.790	122.643

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Cer-

tificado de Depósito Interbancário – CDI de 101,2% a 110,8% (em 31 de dezembro de 2020 eram de 101,5% a 112,6% do CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa, e o saldo em 31 de dezembro de 2021 tem como finalidade principal o pagamento dos impostos de ajuste anual de IRPJ e CSLL e cobertura das operações de curto prazo da Companhia e sua controlada.

5 Aplicações financeiras (consolidado)

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com carência superior a 90 dias, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI que é de 104% a 108%. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 133.659 (não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2020). As aplicações mantidas têm como finalidade o pagamento de dividendos.

6 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 48.486 (R\$ 49.390 em 31 de dezembro de 2020).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia e sua controlada optaram pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia e sua controlada estejam cobertas por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.577 (R\$ 7.100 em 31 de dezembro de 2020).

7 Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	6.562	7.925
Suprimento de energia elétrica – PPA	52.638	40.586
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	73.279	68.563
Total	132.479	117.074
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	63.298	73.459
Outros clientes	69.181	43.615

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 49 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as políticas da Companhia.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de PIS e COFINS (*)	-	-	6	6
IRRF sobre aplicação financeira	2	2	1.517	291
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	4	4
Outros	-	-	93	2
Total	2	2	1.620	303
Circulante	2	2	1.422	243
Não circulante	-	-	198	60

(*) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada apresentavam basicamente os créditos de PIS e COFINS de depreciação, das transações com a CCEE e de mudança de regime cumulativo para não cumulativo dos contratos de venda PPA que estavam em análise e aguardando homologação da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada revertem o valor de R\$ 20.024 contra o resultado do exercício com base em análise jurídica em que classificou os créditos como sendo de êxito possível de compensação nesta data, devido a discussão sobre o prazo de prescrição desses créditos. Os créditos foram judicializados e a Companhia e sua controlada aguardam decisão para aproveitamento. O impacto no resultado está mencionado na nota explicativa nº 21.b.

9 Despesas antecipadas (consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	394	376
Total	394	376
Circulante	384	376
Não circulante	10	-

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Vigência	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros			
Seguro de responsabilidade civil	30.05.21 a 30.05.22	13	12
Seguro de riscos operacionais	30.05.21 a 30.05.22	301	301
Seguro de veículos	03.05.21 a 03.05.22	5	5
Seguro D&O	30.09.21 a 30.09.22	10	11
Seguro empresarial	03.03.21 a 03.03.22	1	1
Seguro garantia	01.12.20 a 01.04.26	62	46
Seguro de equipamentos	18.11.21 a 17.11.24	2	-
Total		394	376

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre.

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelo geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF – Generation Scaling Factor terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. A partir de julho de 2020 o pagamento da parcela passou a ser realizado por meio de liquidação financeira mensal através da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, sem antecipação do prêmio, ou seja, reconhecido diretamente no resultado por pagamento e não por apropriação de despesa antecipada. O valor médio do prêmio mensal liquidado pela CCEE em 2021 foi de R\$ 3.964 (R\$ 3.825 em 2020).

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2020

	Apropriação	
	31/12/2019	31/12/2020
Risco Hidrológico de Geração	13.690	(13.690)
Total	13.690	(13.690)
Circulante	13.690	-
Não circulante	-	-

10 Investimento em controlada

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	Foz do Chapecó	
	31/12/2021	31/12/2020
Quantidade de ações	714.129	714.129
% Participação	100%	100%
Ativo	3.251.885	2.890.071
Passivo	2.116.603	2.022.696
Patrimônio líquido	1.135.282	867.375
	Foz do Chapecó	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	1.068.277	935.862
Resultado do exercício	435.952	280.465

A movimentação do investimento no exercício está demonstrada a seguir:

	Foz do Chapecó	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	933.985	1.024.286
Equivalência patrimonial	435.952	280.465
Distribuição de lucros de exercícios anteriores (a)	(113.842)	(218.165)
Distribuição de lucros do exercício (b)	(120.812)	(152.601)
Dividendos declarados (c)	-	-
Saldo no final do exercício	1.135.282	933.985

(a) O montante de R\$218.165 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 16 de setembro de 2020, e pago em 10 de dezembro de 2020. O montante de R\$ 113.842 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2021, e pago em 20 de outubro e 23 de dezembro de 2021.

(b) O montante de R\$152.601 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária

datada de 29 de setembro de 2020, e pago em 10 e 21 de dezembro de 2020. O montante de R\$ 120.812 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 01 de setembro de 2021, e pago em 10 e 23 de dezembro de 2021.

(c) O montante de dividendos declarados a receber em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 345 que é residual de 2018 (31 de dezembro de 2019 é de R\$ 73.087 refer-se a R\$ 72.722 dos dividendos de 2019 e R\$ 365 de 2018).

11 Imobilizado (consolidado)

a. Composição do imobilizado

	31/12/2021			31/12/2020	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Em serviço:					
Terrenos	5,48%	185.207	(11.956)	173.251	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	5,48%	1.515.999	(385.658)	1.130.341	1.205.800
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,48%	262.776	(69.524)	193.252	205.189
Máquinas e equipamentos	5,48%	843.794	(306.814)	536.980	569.296
Outros	5,48%	3.400	(2.295)	1.105	1.209
		2.811.176	(776.247)	2.034.929	2.166.701
Em curso:					
Terrenos		3.883	-	3.883	3.803
Edificações, obras civis e benfeitorias		58	-	58	681
Máquinas e equipamentos		29	-	29	13
Depósitos judiciais (*)		23.515	-	23.515	22.407
Material em depósito		946	-	946	962
Outros		328	-	328	547
		28.759	(2.295)	28.759	28.413
Total		2.839.935	(776.247)	2.063.688	2.195.114

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

A administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estaria limitada ao prazo de concessão. Esta decisão foi definida após negativa da Aneel quanto a indenização ao final da concessão. Com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, que aumenta em 1.011 dias o prazo da concessão, houve recálculo sobre o residual de imobilizado na data base 31 de agosto de 2021 e considerado o novo incremento na vida útil dos bens a partir de setembro de 2021. Antes do aumento do prazo de concessão, a taxa média de depreciação com a adoção do cálculo pelo prazo de concessão era de 6,28% a.a., passando para 5,48% a.a. (vide NE 3, item C.III).

b. Movimentação do imobilizado em 2021

	31/12/2020	Transferências			31/12/2021
		Adições	Baixas	31/12/2021	
Em serviço:					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.984	-	-	15	1.515.999
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.883	-	-	893	262.776
Máquinas e equipamentos	841.657	-	-	2.137	843.794
Outros	3.380	-	-	20	3.400
	2.808.111	(134.837)	-	3.065	2.811.176
Depreciação acumulada	(641.410)	(134.837)	-	-	(776.247)
	2.166.701	(134.837)	-	3.065	2.034.929
Em curso:					
Imobilizado em construção	28.413	3.845	(434)	(3.065)	28.759
	28.413	3.845	(434)	(3.065)	28.759
Total	2.195.114	(130.992)	(434)	-	

continuação.

c. Movimentação do intangível em 2020

	Movimentação			
	31/12/2019	Adições	Transfe- rências	31/12/2020
Em serviço				
Uso do Bem Público	580.002	-	-	580.002
Servidões	6.186	-	-	6.186
Outros	1.916	-	45	1.961
	<u>588.104</u>	<u>-</u>	<u>45</u>	<u>588.149</u>
Amortização acumulada	(191.435)	(23.396)	-	(214.831)
	<u>396.669</u>	<u>(23.396)</u>	<u>45</u>	<u>373.318</u>
Em curso				
Outros	-	45	(45)	-
	<u>-</u>	<u>45</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>
Total	396.669	(23.351)	-	373.318

13 Fornecedores (consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
TUST (*)	8.541	7.267
Materiais e serviços	4.629	4.266
Compra de energia	4.974	6.973
Total	18.144	18.506

(*) TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão.

14 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Apliação	Agente financeiro	Encargos	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
		TJLP +			
Construção	BNDES (direto)	2,49% a.a.	Set./27	515.706	605.201
Máquinas e		TJLP +			
Equipamentos	BNDES (direto)	2,39% a.a.	Set./27	3.919	4.601
		TJLP +			
Construção	BNDES (repasso)	2,95% a.a.	Set./27	261.032	306.329
Total				780.657	916.131
Circulante				137.959	138.128
Não circulante				642.698	778.003

a. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2021

	Pagamento de			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos	Principal	Juros 31/12/2021
Agente financeiro				
BNDES (direto)	605.201	39.888	(89.389)	(39.994)
BNDES (direto)	4.601	297	(679)	(300)
BNDES (repasso)	306.329	21.423	(45.237)	(21.483)
Total	916.131	61.608	(135.305)	(61.777)

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2020

	Pagamento de			
	Saldo em 31/12/2019	Encargos	Principal	Juros 31/12/2020
Agente financeiro				
BNDES (direto)	605.004	47.002	(89.389)	(47.416)
BNDES (direto)	5.283	352	(679)	(355)
BNDES (repasso)	351.780	25.220	(45.237)	(25.434)
Total	1.052.067	72.574	(135.305)	(73.205)

As garantias oferecidas para as operações foram: garantia-reserva de meios de pagamento, penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas e penhor de ações. O cronograma de pagamentos dos financiamentos do passivo não circulante está apresentado a seguir:

	31/12/2021
2023	135.300
2024	135.300
2025	135.300
2026-2027	236.798
Total	642.698

Cláusulas restritivas de contratos

O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ii) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela Aneel para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

Índice de Cobertura da Dívida

Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0", e nas "Obrigações da beneficiária que pede para apresentar anualmente, para fins de comprovação do cumprimento da meta do índice de cobertura mínimo". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2021, a controlada apresentou índice de 4,4 (2,3 em 31 de dezembro de 2020) atingindo os índices de covenants tanto os financeiros quanto os qualitativos.

15 Impostos a recolher (consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
a. Impostos a recolher		
COFINS	6.366	5.311
PIS	1.375	1.151
ICMS	61	471
Outros	243	128
Total	8.045	7.061

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	96.947	74.181
Contribuição social	31.593	23.924
Total	128.540	98.105

16 Taxas regulamentares (consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e Desenvolvimento	23.656	31.557
Taxa de Fiscalização	235	218
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.762	1.146
Total	25.653	32.921
Circulante	24.646	30.876
Não circulante	1.007	2.045

17 Uso do Bem Público (consolidado)

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2039, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. A resolução homologatória nº 2.932 emitida pela Aneel em 14 de setembro de 2021, estendeu em 1.011 dias o prazo da concessão e gerou uma obrigação adicional de UBP a ser paga até 2039. O novo UBP foi reconhecido a valor presente no montante de R\$ 104.966 (nota explicativa nº 11). O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2021.

a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2021

	31/12/2020	Adição	Pagamento	Atualização monetária e AVP	31/12/2021
Uso do Bem Público	866.660	104.966	(79.193)	161.507	1.053.940
Circulante	77.070	-	-	-	89.805
Não circulante	789.590	-	-	-	964.135

b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2020

	31/12/2019	Pagamento	Atualização monetária e AVP	31/12/2020
Uso do Bem Público	801.811	(71.760)	136.609	866.660
Circulante	70.698	-	-	77.070
Não circulante	731.113	-	-	789.590

18 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

a. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas – 2021

	31/12/2020	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2021
Riscos trabalhistas	107	5	-	(89)	23
Ação indenizatória (*)	1.891	16.663	16.036	(613)	33.977
Ação fiscal	-	1	6	-	7
Total	1.998	16.669	16.042	(702)	34.007
Circulante	-	-	-	-	32.530
Não circulante	1.998	-	-	-	1.477

(*) Em outubro de 2021 a ação civil pública, que questiona o valor a ser pago a título de compensação ambiental, teve seu risco de perda alterado de provável para provável no montante de R\$ 32.157 (R\$ 16.036 de principal e R\$ 16.494 de atualização), após decisão da Ministra Rosa Weber que não reconheceu o recurso extraordinário interposto, reduzindo as chances e possibilidades da controladora Foz do Chapecó. A expectativa da assessoria jurídica é que o desembolso ocorra em até 1 ano. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado está em R\$ 32.530.

b. Movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas – 2020

	31/12/2019	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2020
Riscos trabalhistas	1.077	24	-	(994)	107
Ação indenizatória	1.854	86	-	(49)	1.891
Ação fiscal	12	-	-	(12)	-
Total	2.943	110	-	(1.055)	1.998
Circulante	12	-	-	-	-
Não circulante	2.931	-	-	-	1.998

c. Possível

Em 31 de dezembro de 2021 as ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 107.773 (R\$ 106.147 em 31 de dezembro de 2020) conforme segue:

• **Processos socioambientais**

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 19.347 (R\$ 50.661 em 31 de dezembro de 2020) corresponde a ações de desapropriações, compensação ambiental e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó. A redução significativa nesta rubrica ocorreu em outubro de 2021 devido a alteração de risco de possível para provável, da ação civil pública da compensação ambiental no montante de R\$ 32.157.

• **Processos regulatórios**

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 30.975 (a Companhia e sua controlada não apresentaram saldo em 31 de dezembro de 2020, pois o entendimento era de que não havia risco possível de desembolso) corresponde a ação de anulação de perdas elétricas decorrentes das linhas de transmissão FCE-Xanxerê e FCE-Guarita e ação de anulação do ato administrativo da Aneel que indeferiu a homologação dos termos aditivos aos CC-VEs firmados entre partes relacionadas.

• **Processos tributários**

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 57.219 (R\$ 55.393 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 124 são respectivamente ações tributárias referente aproveitamento de crédito de PIS e Cofins e de ação anulatória de notificação de ISS.

• **Processos trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 108 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a ações trabalhistas de ex-funcionário e de funcionários de empresas subcontratadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada possuem R\$ 23.515 (R\$ 22.407 em 31 de dezembro de 2020) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 11.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 714.509, representado por 714.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	364.399.765	51,00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	285.803.736	40,00
CEEE-G Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	64.305.841	9,00
Total	714.509.342	100,00

A CEEE-GT Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica realizou uma cisão no ano de 2021 separando as empresas em geradora e transmissora, com isso transferiu todas as ações para a CEEE-G Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica conforme livro de transferência de 22 de dezembro de 2021.

b. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 421.137, de acordo com a legislação societária.

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2021, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 113.842, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

A destinar

A reserva de lucros a destinar refere-se ao saldo remanescente dos lucros do exercício de 2021, à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

c. Dividendos declarados

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2021
Lucro líquido do exercício	-
Reserva legal - 5%	435.951
Base de cálculo de dividendos	21.798
Dividendos propostos intermediários distribuídos em 2021	103.538

A seguir a movimentação de dividendos a pagar:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Distribuição de reservas de lucros	113.842
Distribuição de dividendos intermediários 2021	120.812
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2021	(103.538)
Pagamento dividendos adicionais 2020	(113.842)
Pagamento dividendos intermediários 2021	(17.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 01 de setembro de 2021, deliberou-se pela distribuição de lucros intermediários sobre lucro líquido de 30 de junho de 2021. O montante aprovado foi de R\$ 120.812.

O valor dos dividendos adicionais e intermediários no montante de R\$ 113.942 e R\$ 120.812 respectivamente foram pagos em outubro e dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

20 Receita operacional líquida (consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	2.268.840	616.047	2.275.056	589.947
Suprimento de energia elétrica - PPA	1.496.909	555.894	1.501.010	452.719
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	788.467	33.025	623.781	16.363
	4.554.216	1.204.966	4.399.847	1.059.029
Tributos sobre a receita	-	(112.681)	-	(101.371)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(10.655)	-	(9.332)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(13.353)	-	(12.464)
	-	(24.008)	-	(21.796)
Receita operacional líquida	4.554.216	1.068.277	4.399.847	935.862

21 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)

a. Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	675.572	(22.752)	1.388.825	(32.535)
Fornecedores diversos de energia elétrica	104.256	(37.147)	210.816	(45.068)
(-) Repactuação do risco hidrológico (*)	-	185.419	-	-
Créditos de PIS e COFINS	-	5.257	-	5.983
Total	779.828	130.777	1.599.641	(71.620)

continuação...

2022	31/12/2021	48.797
2023		(3.201)
2024-2037		(238.154)
Total		(192.558)

25 Transações com partes relacionadas (consolidado)

Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber		
CPFL Paulista de Força e Luz	37.287	29.019
CPFL Piratininga de Força e Luz	19.593	15.847
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	5.055	4.679
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	1.327	1.679
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	-	6.281
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	4.420
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	-	3.079
Companhia Energética do Piauí	-	1.649
Celg Distribuição S.A.	-	2.652
Companhia Energética do Rio Grande do Norte-COSERN	-	1.954
Elektro Redes S.A.	-	1.786
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	-	381
Companhia Jaguarí de Energia	36	33
Total	63.298	73.459

Receita com fornecimento de energia elétrica

	31/12/2021	31/12/2020
CPFL Paulista de Força e Luz	375.648	301.423
CPFL Piratininga de Força e Luz	180.246	151.296
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	40.219	46.493
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	13.706	38.927
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	-	25.002
Celg Distribuição S.A.	-	26.850
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	38.368
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	-	15.574
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	-	15.553
Companhia Energética do Piauí	-	13.580
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	-	14.762
Eletrobrás Distribuição Alagoas	-	3.080
Companhia Jaguarí de Energia	312	299
Total	610.131	691.207

Fornecedores a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
CEEE-GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	(41)	(1.495)
CPFL Comercialização Brasil S/A	-	(1.745)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	-	(285)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(8)	(6)
Celg Distribuição S.A.	(2)	-
CPFL Geração Energia S.A	-	(17)
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	(2.653)	-
Total	(2.704)	(3.548)

Prestação de serviços (Custo)

	31/12/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas S.A	(10.777)	(11.018)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	(333)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	(10.560)	(10.108)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(6.782)	(6.568)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(1.801)	(1.816)
CPFL Geração Energia S.A	(2.500)	(2.242)
CEEE-GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	(1.754)	(1.632)
Celg Distribuição	-	(378)
Goiás Transmissão S.A.	(208)	(190)
Companhia Transleste de Transmissão	-	(123)
MGE Transmissão S.A.	(130)	(110)
Companhia Transudeste de Transmissão	-	(88)
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	(83)
Companhia Transirapé de Transmissão	-	(89)
Transenergia Renovável S.A. - TER	(61)	(56)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	(61)
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	(15)	(15)
Transenergia São Paulo S.A.	(12)	(13)
SE Nandubia S.A.	-	(10)
Caldas Novas Transmissão S.A.	(3)	(3)
Total	(34.603)	(34.936)

Compra de energia (Custo)

	31/12/2021	31/12/2020
CEEE-GT Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	-	(18.980)
CPFL Comercialização Brasil S.A	-	(20.607)
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	(31.205)	-
Total	(31.205)	(39.587)

26 Honorários da Administração (consolidado)

Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e honorários	(836)	(795)
Encargos sociais e benefícios	(322)	(306)
Participação nos lucros	(305)	(290)
Total	(1.463)	(1.391)

27 Instrumentos financeiros (consolidado)

a. Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2021		31/12/2020		Hierar- quia
		Valor Contábil	Valor Hierar- Justo	Valor Contábil	Valor Hierar- Justo	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4	209.500	209.500	Nível 2	122.410	122.410
Aplicações financeiras	5	133.659	133.659	Nível 2	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	57.063	57.063	Nível 2	56.490	56.490
		400.222	400.222		178.900	178.900
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	4	290	290	Nível 2	233	233
Contas a receber clientes	7	132.479	132.479	Nível 2	117.074	117.074
Outros créditos		16.995	16.995	Nível 2	24.771	24.771
		149.764	149.764		142.078	142.078
Passivo financeiros						
Custo amortizado:						
Fornecedores	13	18.144	18.144	Nível 2	18.506	18.506
Empréstimos e financiamentos	14	780.657	858.723	Nível 2	916.131	916.131
Uso do bem público	17	1.053.940	1.053.940	Nível 2	866.660	866.660
		1.852.741	1.930.807		1.801.297	1.801.297

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");
- Risco de liquidez (veja item "iii), e
- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2021, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2021.

	Menos de 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Uso do bem público	17 (7.484)	(14.968)	(76.229)	(96.345)	(100.157)	(2.213.657)
Empréstimo e financiamentos	14 (16.759)	(31.813)	(142.550)	(180.572)	(170.211)	(413.113)
Fornecedor	13 (18.144)	-	-	-	-	(18.144)
	(42.387)	(46.781)	(218.779)	(276.917)	(270.368)	(2.331.587)
						(3.186.819)

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da **Chapecoense Geração S.A.**, Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapecoense Geração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Chapecoense Geração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com

A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 4,39% a.a.; TJLP 5,32% a.a.; IGPM 17,89% a.a.; IPCA 11,74% a.a) . Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida de 2022 seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos - Aplicações Financeiras				
Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
400.222	Redução da CDI	29.627	17.831	6.034
Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES				
Valor exposto	Risco	TJLP		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(780.657)	Aumento da TJLP	(55.817)	(75.221)	(90.265)
Instrumentos financeiros passivos - UBP				
Valor exposto	Risco	IGPM - IPCA		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(1.053.940)	Aumento do IGPM - 60% e IPCA - 40%	(196.615)	(232.627)	(268.635)

• Cenário Provável (I): Os índices de CDI, TJLP, IGPM e IPCA considerados no cenário provável são de: 4,39% a.a., 5,32% a.a., 17,89% a.a e 10,74% a.a, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. Para a UBP foi realizada ponderação da variação do IGP-M, em 40%, e do IPCA, em 60%.

• Cenário II e III Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(v) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela Aneel e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

Análise de risco sobre os impactos da crise hídrica

A energia gerada pela controlada Foz do Chapecó depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentado os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe os agentes a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a controlada Foz do Chapecó aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

28 Compromissos contratuais (consolidado)

Seguem abaixo os compromissos de longo prazo da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021:

Obrigações contratuais	Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(100.534)	(214.830)	(228.760)	(1.354.207)	(1.898.331)
Compra de energia	(40.249)	(85.278)	(76.348)	(39.900)	(241.775)
Contratos de O&M	(2.243)	(2.334)	-	-	(4.577)
Contratos de venda	1.296.017	2.803.846	3.001.173	15.157.693	22.258.729
Total	1.152.991	2.501.404	2.696.065	13.763.586	20.114.046

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

continuação...

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I – O Relatório Anual da Administração – Exercício 2021; II – O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e III- O parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido em 24 de janeiro de 2022. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos

julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A., e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes de 24 de janeiro de 2022, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2022.

Conselheiros Fiscais:

Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino
Viviane Duarte dos Santos



FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.
CNPJ 04.591.168/0001-70

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	209.773	122.626	Fornecedores	18.144	18.506
Aplicações financeiras	133.659	-	Empréstimos e financiamentos	137.959	138.128
Contas a receber de clientes	132.479	117.074	Salários e obrigações sociais	1.802	1.667
Impostos a recuperar	1.420	241	Impostos a recolher	8.045	7.061
Despesas antecipadas	384	376	Imposto de renda e contribuição social a recolher	128.540	98.105
Outros créditos	13.303	24.771	Taxas regulamentares	24.646	30.876
	<u>491.018</u>	<u>265.088</u>	Uso do bem público	89.805	77.070
Não circulante			Provisão para riscos cíveis	32.530	-
Despesas antecipadas	10	-	Dividendos declarados	345	345
Aplicações financeiras vinculadas	57.063	56.490		<u>441.816</u>	<u>371.758</u>
Impostos a recuperar	198	60	Não circulante		
Outros créditos	3.692	-	Empréstimos e financiamentos	642.698	778.003
Imobilizado	2.063.688	2.195.114	Taxas regulamentares	1.007	2.045
Intangível	636.216	373.318	Uso do bem público	964.135	789.590
			Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.477	1.998
	<u>2.760.867</u>	<u>2.624.982</u>	Impostos diferidos	65.470	12.691
				<u>1.674.787</u>	<u>1.584.327</u>
Total do ativo	3.251.885	2.890.070	Patrimônio líquido		
			Capital social	714.129	714.129
			Reservas de lucros	421.153	219.856
			Total do patrimônio líquido	<u>1.135.282</u>	<u>933.985</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido	3.251.885	2.890.070

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	1.068.277	935.862
Custo de geração de energia elétrica	(168.460)	(300.255)
Resultado bruto	<u>899.817</u>	<u>635.607</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(21.916)	(5.581)
Honorários da administração	(1.463)	(1.391)
Outras despesas operacionais, líquidas	1.928	151
	<u>(21.451)</u>	<u>(6.821)</u>
Resultado antes do resultado financeiro	<u>878.366</u>	<u>628.786</u>
Receitas financeiras	18.592	11.789
Despesas financeiras	(240.054)	(209.535)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>656.904</u>	<u>431.040</u>
Contribuição social corrente	(45.255)	(35.493)
Imposto de renda corrente	(122.918)	(96.767)
Contribuição social diferida	(13.971)	(4.848)
Imposto de renda diferido	(38.808)	(13.467)
Resultado do exercício	<u>435.952</u>	<u>280.465</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos	<u>656.904</u>	<u>431.040</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	162.453	86.627
Repactuação do risco hidrológico	(185.419)	-
Encargos financeiros, líquidos	61.608	72.574
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(702)	(1.055)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.042	-
Resultado baixa de imobilizado	434	465
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.669	110
Variação monetária e AVP do uso do bem público	161.507	136.609
Rendimento das aplicações financeiras	(14.153)	(9.522)
	<u>875.343</u>	<u>716.848</u>
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(15.405)	(2.828)
Impostos a recuperar	(1.317)	17.372
Despesas antecipadas	(18)	13.631
Outros créditos	7.776	(4.332)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(362)	4.474
Salários e obrigações sociais	135	14
Impostos a recolher	17.067	-
Taxas regulamentares	(7.268)	1.000
Caixa gerado pelas operações	<u>875.951</u>	<u>746.179</u>
Despesas financeiras e juros pagos	(61.777)	(73.205)
IRPJ e CSLL pagos	(152.426)	(149.097)
Caixa líquido geradas pelas atividades operacionais	<u>661.748</u>	<u>523.877</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.845)	(4.699)
Aplicações financeiras	(120.106)	9.522
Aquisição de intangível	(129)	(45)
Recebimento de dividendos	-	-
Fluxo de caixa usados nas (proveniente das) atividades de investimento	<u>(124.080)</u>	<u>4.778</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(234.655)	(443.508)
Pagamento do uso do bem público	(79.193)	(71.760)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(135.305)	(135.305)
Captação de aplicações financeiras vinculadas	52.172	(70.272)
Rendimento sobre resgate de aplicações financeiras vinculadas	2.058	-
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	(55.598)	74.180
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(450.521)</u>	<u>(646.665)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	87.147	(118.010)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122.626	240.636
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>209.773</u>	<u>122.626</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção	A destinar		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	714.129	91.992	-	218.165	-	1.024.286
Destinação para reserva de retenção de exercícios anteriores	-	-	218.165	(218.165)	-	-
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	152.601	(152.601)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(218.165)	-	-	(218.165)
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(152.601)	-	-	(152.601)
Resultado do exercício	-	-	-	-	280.465	280.465
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	14.023	-	-	(14.023)	-
Lucros à disposição da assembléia	-	-	-	266.442	(266.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>714.129</u>	<u>106.015</u>	<u>-</u>	<u>113.841</u>	<u>-</u>	<u>933.985</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	<u>714.129</u>	<u>106.015</u>	<u>-</u>	<u>113.841</u>	<u>-</u>	<u>933.985</u>
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	120.813	(120.813)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(113.842)	-	(113.842)
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(120.813)	-	-	(120.813)
Resultado do exercício	-	-	-	-	435.952	435.952
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	21.797	-	1	(21.798)	-
Lucros à disposição da assembléia	-	-	-	414.154	(414.154)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>714.129</u>	<u>127.812</u>	<u>-</u>	<u>293.341</u>	<u>-</u>	<u>1.135.282</u>

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	435.952	280.465
Total do resultado abrangente	<u>435.952</u>	<u>280.465</u>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Foz do Chapecó Energia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I- O Relatório Anual da Administração – Exercício de 2021; II- O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e III- O parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido em 24 de janeiro de 2022. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Foz do Chapecó Energia S.A, e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes de 24 de janeiro de 2022, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2022.

Conselheiros Fiscais:

Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino
Viviane Duarte dos Santos

Diretoria	Conselho de Administração	Contadora
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente	Rodolfo Coli da Cunha	Gabriela Cristina Veber
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor	Rodolfo Nardez Sirol	CRC/SC 029196/O-2
	Bruno Augusto Pereira Rovea	
	Anderson Lanna Alves Bittencourt	
	Clóvis Torres Junior	
	Carlos Augusto Tavares de Almeida	

As Demonstrações financeiras podem ser encontradas em nosso site
<http://www.fozdochapeco.com.br/empresa/>

PortobelloGrupo

PBG S.A
CNPJ nº 83.475.913/0001-91 - NIRE nº 42300030201
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



Ficam convidados os Senhores Acionistas da PBG S.A para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária e à Assembleia Geral Ordinária que serão realizadas no dia 28 de abril de 2022, às 10h00 e 11h00, respectivamente, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Alterar a redação do artigo 7º, de modo a ajustar o número da ações ordinária em razão do cancelamento das ações em tesouraria; (2) Alterar o prazo de mandato do Conselho de Administração, passando a ser de 1 (um) ano; (3) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício. 3. Fixação do número de cargos (membros) do Conselho de Administração da Companhia. 4. Eleição dos integrantes do Conselho de Administração (mandato de 1 ano). 5. Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal (mandato de 1 ano). 6. Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração. O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 24 da Instrução CVM nº 481/09. Os documentos e informações mínimas para subsidiar o acionista em relação às matérias objeto da presente convocação estão à disposição na sede da Companhia (artigos 9º e 10 da Instrução CVM 481/09) e já foram disponibilizadas por meio de sistema eletrônico na página da CVM. Tijucas/SC, 25 de março de 2022. Cesar Gomes Júnior - Presidente do Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Carlos Alberto Bilk – CPF – 817.607.879-49
DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na instituição Santinvest S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos CNPJ – 00.122.327/0001-36.
ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet).
Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB.
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo
BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEORF/GTPAL – Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Gerência Técnica em Porto Alegre - Rua Sete de Setembro, 586 – Centro Caixa Postal 919 – CEP 90.010.190 – Porto Alegre – RS.
Florianópolis, 28 de março de 2022.



Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98

Relatório da administração (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1 **Aos Acionistas:** Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as demonstrações financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 **Apresentação:** A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvío Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 06 julho de 2020. A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio. 1.3 **Destacados de 2021:** No primeiro ano de concessão, a Companhia executou obras de restauração e recuperação da rodovia BR-101, realizou a implantação de quatro novas praças de pedágio ao longo da rodovia, iniciou o serviço de atendimento ao usuário, composto por bases operacionais e de atendimento, viaturas de inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar e socorro mecânico. Também foi concluída a revitalização da iluminação cônica do cartão postal de Laguna, a Ponte Anita Garibaldi. Foram implantados dispositivos de segurança ao longo de toda a concessão e realizada reforma na Polícia Rodoviária Federal de Paulo Lopes/SC. Após a conclusão dos trabalhos iniciais e a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Companhia iniciou, em 2 de maio de 2021, a cobrança da tarifa de pedágio nas quatro praças de pedágio localizadas nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Em setembro de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil no Fórum Brasil Export 2021, como reconhecimento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela relevância dos investimentos, agilidade das obras e impactos positivos da gestão da concessionária na BR-101/SC. A Companhia concluiu os trabalhos iniciais em um prazo recorde de 7 meses, ou seja, o que era para ser entregue em um prazo de 12 meses foi finalizado 5 meses antes do previsto. Houve recuperação do pavimento, onde foram aplicadas mais de 100 mil toneladas de massa asfáltica, recuperadas 204 obras de arte especiais entre pontes, viadutos e passagens inferiores. Além da renovação de toda a sinalização vertical e horizontal, com implantação de mais de 3 mil novas placas, implantação de dispositivos de segurança viária e revitalização de toda a iluminação já existente com instalação de mais de 8 mil lâmpadas led. As equipes também realizaram trabalhos de manutenção e conservação da rodovia, através de roçada, capina, limpeza geral das pistas com retirada de resíduos, desobstrução e recuperação dos sistemas de drenagem, como bueiros, sarjetas e canaletas. Abaixo os principais destaques financeiros da Companhia, obtidos em 2021. Como o início da cobrança de pedágio foi em 2021, não é possível apresentar um comparativo com o ano anterior.

Valores em R\$ Mil	2021	2020
Receita líquida operacional (a)	100.269	-
EBIT ajustado	46.453	(6.455)
Margem EBIT (ajustado) (b)	46%	0%
EBITDA (ajustado) (c)	52.569	(6.455)
Margem EBITDA (ajustado) (b)	52%	0%
Lucro líquido	60.039	(1.180)

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

1.4 **Volume de tráfego:** A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 2 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobrança bidirecional nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Não há dados do mesmo período de 2020 para comparação.

Em Unidades	2021
Veículos leves	19.341.769
Veículos pesados (Veq1)	32.949.723
Total Veículos Equivalentes (Veq1)	52.291.492

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2. **Desempenho Econômico-Financeiro:** 2.1 **Desempenhos:** As operações da Companhia tiveram início em 07 de fevereiro de 2021. Já no primeiro ano de concessão a Companhia obteve resultados positivos e EBITDA de R\$ 52.569. Em 2021, ainda com reflexo de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia passou a operar integralmente as quatro praças de pedágio previstas no contrato de concessão, resultando em 2021 em um lucro líquido de R\$60.039.

Em R\$ mil	2021	2020
Receita líquida	317.607	118.202
Receita de pedágio	109.884	-
Receita de construção (ICPC 01 R1)	217.338	118.202
Outras receitas	2	-
(-) Deduções da receita bruta	(9.617)	-
(-) Custos e despesas (a)	(271.154)	(124.657)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(217.338)	(118.202)
Demais custos e despesas	(53.816)	(6.455)
Resultado bruto	46.453	(6.455)
(+/-) Resultado financeiro líquido	29.425	4.622
(-) Imposto de renda e contribuição social	(15.839)	653
Lucro líquido	60.039	(1.180)
(-) Resultado financeiro líquido	(29.425)	(4.622)
(+) Imposto de renda e contribuição social	15.839	(653)
EBIT (b)	46.453	(6.455)
Margem EBIT	46,3%	0,0%
Margem EBIT ajustada (c)	46,3%	0,0%
(+) Depreciação/Amortização	6.116	-
EBITDA (b)	52.569	(6.455)
Margem EBITDA	16,6%	-5,5%
Margem EBITDA ajustada (c)	52,4%	0,0%
Investimentos (d)	(261.490)	(96.418)
Veículos equivalentes (em milhares)	52.291	-

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2021 e 2020, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2 **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 02 de maio de 2021 a 01 de maio de 2022, o valor da Tarifa Básica de Pedágio - TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos), conforme deliberação nº 151, de 20 de abril de 2021. Em 2021, o total de veículos pedagiados foi de 27.291.081 ou 52.291.492 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio. A Receita Operacional da Companhia em 2021, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 327.224. Em 2020, a receita de construção totalizou R\$ 118.202.

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Receita de pedágio	109.884	-	100,0%
Receita de construção	217.338	118.202	83,9%
Receitas acessórias	2	-	100,0%
Receita bruta total	327.224	118.202	176,8%
Receita de construção: No ano 2021 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 83,9% em relação ao ano anterior, devido ao cronograma de investimentos dos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão.			
2.2.1 Custos e despesas totais: Os custos e despesas operacionais totais em 2021 foram de R\$271.154, dos quais R\$ 53.816 são custos operacionais e R\$ 217.338 são custos de construção.			
Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Custo de construção	(217.338)	(118.202)	84%
Custos e despesas com pessoal (b)	(16.334)	(2.426)	573%
Materiais equipamentos e veículos	(5.378)	(361)	1390%
Serviços de terceiros	(20.982)	(1.943)	980%
Gastos gerais (c)	(6.438)	(969)	564%
Custos capitalizados (d)	9.299	2.410	286%
Custos contratuais (e)	(7.867)	(3.166)	148%
Depreciação e amortização	(6.116)	-	100%
Total custos e despesas	(271.154)	(124.657)	117,5%

(a) O atendimento aos usuários da rodovia iniciou em fevereiro de 2021. No entanto, a receita de pedágio teve início em maio de 2021. Dessa forma, todos

os custos operacionais incorridos no período anterior à cobrança de pedágio, foram capitalizados a título de operação antecipada. (b) Considerado o valor de R\$5.420 referente a custos capitalizados. (c) Considerado todos os gastos gerais com Campanhas publicitárias e eventos, gastos com viagens e estadias, leis de incentivos, lei Rouanet e outros, energia elétrica, telefonia, alugueis, entre outros. (d) Considerado todos os custos com poder concedente como seguro rodovia, seguro garantia, riscos operacionais, verba Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT) e verba de fiscalização. **Custo de construção:** No ano 2021 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 84% que o ano anterior, devido ao cronograma de investimentos dos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão e demais obras do primeiro ano de concessão, tais como construção das praças de pedágio, recuperação do pavimento, revitalização de sinalização horizontal e vertical, recuperação de dispositivos de segurança, obras de arte corrente, terraplenos, construção de quatro bases operacionais na BR-101/SC. **Custo e despesas com pessoal:** No ano 2021, com o início da operação, foram contratados 303 profissionais alocados na operação da companhia. **Materiais, equipamentos e veículos:** Os principais custos de materiais e equipamentos foram utilizados na conservação da rodovia, nos postos de atendimento ao usuário, utilizados na inspeção da rodovia, no socorro mecânico nos veículos dos usuários, combate ao incêndio, apreensão de animais e nas praças de pedágio. **Serviços de terceiros:** O aumento expressivo em 2021 é decorrente dos serviços de atendimento aos usuários, que iniciou em fevereiro de 2021, dos quais os principais são os serviços terceirizados do atendimento pré-hospitalar, da manutenção e conservação da rodovia, dos postos de atendimento e das praças de pedágio. **Gastos gerais e outros custos:** Os principais custos operacionais são relacionados à energia elétrica da iluminação viária da rodovia, bases operacionais, praças de pedágio, passarelas, túneis e marginais. **(-) Custos Capitalizados:** Corresponde ao total dos custos operacionais incorridos antes da receita de arrecadação de pedágio, tais como, mão de obra, serviços de atendimentos médico e mecânico, energia elétrica, etc. **Custos Contratuais:** São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2021, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros incorridos, tais como, o seguro patrimonial (all risks), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, os seguros de responsabilidade civil e garantia. **Depreciação e amortização:** A Companhia iniciou a depreciação e amortização em maio de 2021, após a conclusão das obras e investimentos dos trabalhos iniciais, e início da arrecadação do pedágio. **2.2.2 EBITDA e EBIT:** O início da arrecadação com a tarifa de pedágio foi em 02 de maio de 2021, dessa forma, não é possível comparar as margens EBITDA e EBIT entre os exercícios de 2021 e 2020.

Reconciliação do EBITDA Ajustado	2021	2020	Δ%
Valores em R\$ Mil			
Lucro líquido	60.039	(1.180)	(5188%)
(+) I/R/CS	15.839	(653)	(2526%)
(+) Resultado financeiro	(29.425)	(4.622)	537%
(+) Depreciação e amortização	6.116	-	100%
EBITDA	52.569	(6.455)	(914,39%)
Margem EBITDA (a)	17%	(5%)	22%
EBITDA ajustado	52.569	(6.455)	(914,39%)
Margem EBITDA ajustada (b)	52%	0%	52%
Reconciliação do EBIT			
Valores em R\$ Mil			
Lucro líquido	60.039	(1.180)	(5188,05%)
(+) I/R/CS	15.839	(653)	(2525,57%)
(+) Resultado financeiro	(29.425)	(4.622)	536,63%
EBIT	46.453	(6.455)	(819,64%)
Margem EBIT (a)	15%	(5%)	20%
EBIT ajustado	46.453	(6.455)	(819,64%)
Margem EBIT Ajustada (c)	46%	0%	46%

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº 527/2012. (b) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui as receitas de construção. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2.2.4 Resultado financeiro líquido	2021	2020	Δ%
Valores em R\$ Mil			
Despesas financeiras	(210)	(6)	3400,00%
Taxas e comissões	(149)	(6)	2383,3%
Outras despesas financeiras	(61)	-	100,0%
Receitas financeiras	29.635	4.628	540,34%
Rendimento sobre aplicações financeiras	29.632	4.628	540,3%
Juros e outras receitas financeiras	3	-	100,0%
Resultado financeiro líquido	29.425	4.622	536,63%

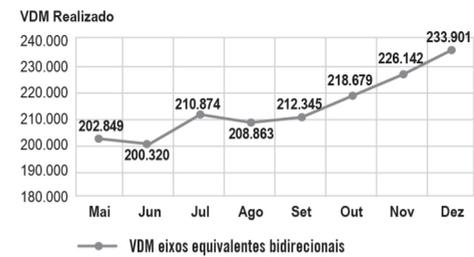
O resultado financeiro líquido da Companhia, em 2021 e 2020, é decorrente dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo aumento da taxa CDI, com os recursos dos aportes dos acionistas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os aportes ocorreram em junho de 2020 no valor de R\$ 451.657, e em fevereiro de 2021 no valor de R\$ 529.284. **2.2.5 Investimentos:** Em 2021, os investimentos realizados totalizaram 232.467 milhões, um acréscimo de 69% em relação a 2020, pois a concessão iniciou em agosto de 2020. Os trabalhos iniciais e as praças de pedágio foram entregues em 2021. Em 2021 destacamos a entrega de 4 Praças de Pedágio nos kms 298+660, 344-700, 404+550 e 454+530, e a conclusão dos trabalhos iniciais, compostos por obras de restauração de pavimento, revitalização de sinalização horizontal e vertical, recuperação de dispositivos de segurança, obras de arte corrente, terraplenos e implantação de cercas ao longo de todo o trecho concedido. Encontram-se em andamento a implantação de dispositivos de proteção e segurança, 1ª intervenção em obras de arte especiais e restauração de pavimento ao longo de todo o trecho concedido. Também temos a implantação de 4 bases operacionais nos kms 268 Sul, 306 Norte, 354 Sul, 448 Norte previsto para entrega em fevereiro de 2022.

Investimentos (R\$ mil)

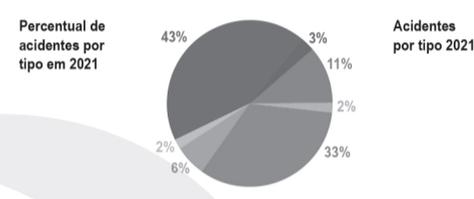
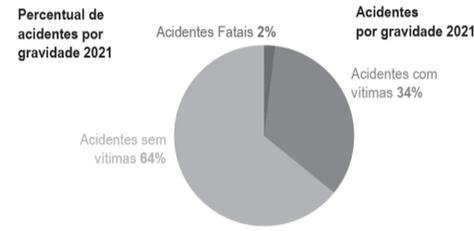
2021	2020	Δ%	
Praças de Pedágio/Bases/SAU/s/PGFs	51.654	48.401	44
Serviços no Pavimento	4.520	44	10000%
Trabalhos Iniciais	115.958	54.838	109%
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	15.135	-	-
Obras de Arte Especiais	4.750	152	3090%
Meio Ambiente e Desocupação Faixa de Domínio	449	522	-15%
Obras de Ampliação de Capacidade	4.751	160	2969%
Restauração de Taludes	4.076	24	16983%
Monitoração	84	-	-
Equipamentos e Outros	29.431	37.341	-22%
Capitalizações	9.299	2.410	286%
Total	240.105	143.892	67%

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período. **2.2.6 Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária em 2021 foi de R\$ 67.672 representando 67,49% da Receita operacional líquida respectivamente. **2.2.7 Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 29 de novembro de 2021, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 10.843 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2021 e juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.588. Em 23 de dezembro, também foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 11.118 referente ao resultado *pro rata* de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021. **2.2.8 Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com a menor taxa de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços (68%), indústria (26%) e agropecuária (6%). O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.2.9 Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária iniciou em 2021 a implantação de três importantes sistemas de gestão: ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. Na busca da certificação das ISOs 9.001 e 14.001 e conformidade para a ISO 39.001, já em 2021, foi desenvolvido o mapeamento de processos, a elaboração de procedimentos e a definição de estrutura para o Sistema de Gestão Integrado. **2.2.10 Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, recrutamento e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 303 pessoas de forma direta, das quais, 245 pessoas foram contratadas em 2021, ainda no primeiro ano da Concessão.

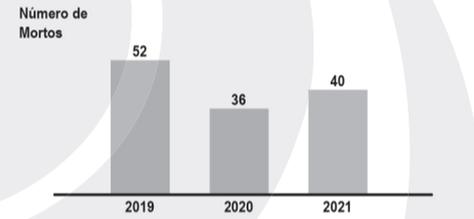
3. **Indicadores Operacionais:** 3.1 **Caracterização do Tráfego:** 3.1.1 **Volume:** A Companhia iniciou a cobrança de tarifa de pedágio no dia 02 de maio de 2021 em quatro praças diferentes: Laguna (km 298), Tubarão (km 344), Araranguá (km 405) e São João do Sul (km 457). No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Equivalente Anual (VDMA) de 214.309.



3.2 **Segurança no Trânsito:** 3.2.1 **Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido a partir de 07 de fevereiro de 2021, que foi o início do atendimento médico e mecânico na Companhia. Estes percentuais estão classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício de 2021.



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. Para a comparação do número de mortos, utilizamos os dados da Polícia Rodoviária Federal, já que o atendimento ao usuário se iniciou em 07 de fevereiro de 2021. Observando os dados temos um aumento em relação a 2020, porém isso ocorreu devido ao impacto da pandemia no ano anterior. Quando comparamos os mesmos dados com 2019 notamos uma redução de 23%.



3.3 **Dados de Operação da Concessão:** 3.3.1 **Veículos Alocados:** Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida

Preço de pedágio	Cobrança	Veículo												
		Auto	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	Moto
Araranguá	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
Laguna	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
São João do Sul	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
Tubarão	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05

Dados anuais	Viacosteira	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	27.291.081	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	18.880.307	
Motos	688.247	
Caminhões e ônibus	7.722.527	
Veículos isentos	288.495	
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,1	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equiparente	214.309	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1

VDR=47 para BR-101/SC
Índices de qualidade de estrada HS > 0,50
Macrot textura (Profundidade Média de Área) Expresso em milhares de reais

Receita de pedágio	Fator Capital	Despesas de Depreciação	Caixa e equivalentes de caixa Ativo Bruto	Série Histórica dos Investimentos	Custo de Oportunidade do Capital	Fator Trabalho
--------------------	---------------	-------------------------	---	-----------------------------------	----------------------------------	----------------

continuação

- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:
 - () direção
 - (X) direção e gerências
 - (X) todos os colaboradores
- Os padrões de segurança e saúde no ambiente do trabalho foram definidos por:
 - (X) direção e gerências
 - (X) todos os colaboradores
 - () todos + CIPA
 - () não se envolve
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:
 - (X) segue as normas da OIT
 - () incentiva as normas da OIT
- A previdência privada contempla:
 - () direção
 - () direção e gerências
 - (X) todos os colaboradores
- A participação nos lucros ou resultados contempla:
 - () direção
 - (X) direção e gerências
 - (X) todos os colaboradores
 - () não são considerados
 - (X) são sugeridos
 - (X) são exigidos
 - () não se envolve
 - (X) apoia
 - (X) organiza e incentiva
- Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:
 - (X) não se envolve
 - () apoia
 - (X) organiza e incentiva
- Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:
 - (X) apoia
 - () não se envolve
 - () organiza e incentiva

2021
97%
97.307

28%
62%
9%
1%
0%

4. Demais assuntos: 4.1 Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Concessionária possui um Conselho de Administração e é administrada por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Es-

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

tatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **Diretoria Executiva:** Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2 Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as Concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoro o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e EGS e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	84.568	120.852
Aplicações financeiras	6	536.504	225.687
Contas a receber	7	9.399	-
Contas a receber - partes relacionadas	9	13	260
Tributos a recuperar		6.155	983
Despesas antecipadas e outros		1.183	1.100
Total do ativo circulante		637.822	348.882
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	8b	3.902	2.186
Depósitos judiciais		173	-
		4.075	2.186
Imobilizado	10	32.941	15.678
Intangível	11	279.011	5.946
Infraestrutura em construção	11	70.033	126.391
Direito de uso em arrendamento	13a	548	-
Total do ativo não circulante		386.608	150.201
Total do ativo		1.024.430	499.083

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	10.687	43.215
Fornecedores - partes relacionadas	9	1.346	1.053
Imposto de renda e contribuição social		4.067	1.015
Impostos e contribuições a recolher		2.427	1.994
Obrigações sociais e trabalhistas		2.938	893
Passivo de arrendamento	13b	334	-
Obrigações com o poder concedente		464	436
Outras contas a pagar		675	-
Total do passivo circulante		22.938	48.606
Não circulante			
Fornecedores	12	1.005	-
Passivo de arrendamento	13b	236	-
Total do passivo não circulante		1.241	-
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	980.941	451.657
Reservas de lucro	14 (b) e (c)	19.310	-
Prejuízos acumulados		-	(1.180)
Total do patrimônio líquido		1.000.251	450.477
Total do passivo e patrimônio líquido		1.024.430	499.083

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Subscrição e integralização de capital em 12 de março de 2020	10	991.022	(991.022)
Aumento de capital social em 23 de abril de 2020		-	5.000
Integralização de capital social em 03 de junho de 2020		-	446.647
Integralização de capital social em 08 de junho de 2020		-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	(1.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		991.032	(539.375)
Integralização de capital social em 25 de fevereiro de 2021	14a	-	529.284
Lucro líquido do exercício		-	60.039
Destinações:			
Reserva legal	14b	-	2.943
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de novembro de 2021	14d	-	(10.843)
Juros sobre capital próprio em 29 de novembro de 2021 (líquido)	14e	-	(14.950)
Juros sobre capital próprio em 29 de novembro de 2021 (IRRF)	14e	-	(2.638)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (líquido)	14e	-	(9.450)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (IRRF)	14e	-	(1.668)
Reserva de retenção de lucros	14c	-	16.367
Saldos em 31 de dezembro de 2021		991.032	(10.091)

	Nota	2021	2020
Resultado financeiro	16	29.425	4.622
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	(15.839)	653
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		60.039	(1.180)
Lucro (prejuízo) líquido por ação	14f	0,06673	(0,00451)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		60.039	(1.180)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		60.039	(1.180)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em 06 julho de 2020. A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam perda de covenants da Companhia. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras: **a) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPD 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **b) Instrumentos financeiros:** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em

aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no desreconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo

através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>. **4.3 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • *Relato Integrado* (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.4 Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>. **4.5 Destaques do exercício:** Como principal destaque em 2021, no primeiro ano de operação da Companhia, tivemos a conclusão da implantação das 4 praças de pedágio e antecipação do início da arrecadação. A Companhia concluiu os trabalhos iniciais em um prazo recorde de 7 meses, ou seja, o que era para ser entregue em um prazo de 12 meses foi finalizado 5 meses antes do previsto. Como reconhecimento de toda essa agilidade das obras e impactos positivos da gestão da concessionária na BR-101/SC, em setembro de 2021 a

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	317.607	118.202
Custos operacionais			
Custo de construção	(217.338)	(118.202)	
Serviços	(15.921)	-	
Custo com pessoal	(14.801)	-	
Custo com o poder concedente	(7.867)	-	
Depreciação e amortização	(5.012)	-	
Materiais, equipamentos e veículos	(4.906)	-	
Custos capitalizados	(9.299)	-	
Outros	(5.265)	-	
	(261.811)	(118.202)	
Lucro bruto		55.796	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal	(1.533)	(726)	
Serviços	(5.061)	(1.943)	
Custo com o poder concedente	-	(2.095)	
Campañas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(410)	(62)	
Materiais, equipamentos e veículos	(472)	(402)	
Depreciação e amortização	(1.104)	-	
Gastos com viagens e estadias	(149)	(63)	
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	(275)	-	
Outros	(889)	(1.164)	
	(9.893)	(6.455)	
Outros resultados operacionais		550	-
Resultado antes do resultado financeiro		46.453	(6.455)
Resultado financeiro	16	29.425	4.622
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		75.878	(1.833)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	(15.839)	653
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		60.039	(1.180)
Lucro (prejuízo) líquido por ação	14f	0,06673	(0,00451)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		60.039	(1.180)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		60.039	(1.180)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil no Fórum Brasil Export 2021, pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em agosto de 2021, a Companhia iniciou a execução de três bases operacionais e de atendimento ao usuário definitivas na BR-101/SC. São elas: BSO02 - km 268, BSO03 - km 306, BSO06 - km 448. Também deu continuidade a execução dos serviços de recuperação de pavimento flexível, restauração e melhorias de OAEs e terraplenos. Implantação de Elementos de Proteção e Segurança (Anti ofuscante) a pedido ANTT em locais não previstos no PER e Recuperação na Ponte de Laguna, trecho incluído ao contrato de concessão, a pedido da ANTT. **4.4 Considerações Finais: 4.4.1 Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.4.2 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **4.4.3 Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.4.4 Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. Tubarão, 28 de março de 2022. A Administração.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	60.039	(1.180)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.716)	(2.186)
Depreciação e amortização	5.724	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	390	-
Reversão do ajuste a valor presente arrendamento mercantil	61	-
Depreciação - arrendamento mercantil	392	-
Rendimento de aplicação financeira	3.014	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos	7.865	(2.186)
Contas a receber	(9.399)	-
Contas a receber - partes relacionadas	247	(260)
Tributos a recuperar	(5.172)	(983)
Despesas antecipadas e outras	(256)	(1.100)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(31.523)	39.092
Fornecedores - partes relacionadas	293	1.053
Obrigações sociais e trabalhistas	2.045	893
Impostos e contribuições a recolher	16.840	3.527
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(13.355)	(518)
Obrigações com o poder concedente	28	-

continuação

te. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **h) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF. **i) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada a itens incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **k) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **l) Direto da concessão:** Em consideração à orientação contábil nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº18 com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - RT):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (RT) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (RT), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **n) Arrendamento mercantil:** A IFRS 16/ICPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito

de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "imobilizado". Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é o arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **o) Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **p) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **q) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, no menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **r) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021; • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); • Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16); • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3); • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 25 de março de 2022 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 21 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (RT)

8b Impostos diferidos

11 Intangível e infraestrutura em construção

17 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • **Caixa e bancos:** Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • **Caixa e bancos e aplicações financeiras:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; (b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao poder concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** De-

corre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 17.

c) Risco financeiro e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Acima de 4 anos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecedores	10.687	648	205	152	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	1.346	-	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	464	-	-	-	-	-
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras						
Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020				
Caixa e bancos	1.686	94				
Aplicações financeiras						
Fundos de investimentos e CDB	82.882	120.758				
Total - Caixa e equivalentes de caixa	84.568	120.852				
Aplicações financeiras						
Aplicações financeiras						
Fundos de investimentos e CDB	536.504	225.687				
Total - Aplicações financeiras	536.504	225.687				
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 113,92% do CDI, equivalente a 5,01% a.a. (102,00% do CDI, equivalente a 2,82% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).						
7. Contas a receber	2021	2020				
Circulante						
Pedágio eletrônico (a)	9.379	-				
Receitas acessórias (b)	20	-				
	9.399	-				
	2021	2020				
	9.399	-				
	9.399	-				
Idade de vencimento dos títulos:	2021	2020				
Crédito a vencer	9.379	-				
	20	-				
	9.399	-				
	2021	2020				
	9.399	-				
	9.399	-				

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (b) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos nos contratos de concessão.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	75.878	(1.833)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.799)	623
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(36)	(8)
Juros sobre capital próprio	9.760	-
Incentivos relativos ao imposto de renda	211	19
Outros ajustes tributários	25	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.864)	653
Impostos correntes	(17.555)	(1.533)
Impostos diferidos	1.716	2.186
	(15.839)	653
	20.877	35.622

Alíquota efetiva do imposto

6. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2020	2021				
Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo	-	-	-	546	-	546
Móveis e utensílios	-	-	-	2.767	-	2.767
Máquinas e equipamentos	-	-	-	5.926	-	5.926
Veículos	-	-	-	18.344	-	18.344
Equipamentos operacionais	-	-	-	(18.594)	(21)	7.718
Imobilizado em andamento	15.678	10.660	(5)	8.989	(21)	35.301
Total custo	15.678	10.660	(5)	8.989	(21)	35.301
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(38)	-	-	-	(38)
Máquinas e equipamentos	13	(173)	-	-	-	(173)
Veículos	25	(1.276)	-	-	-	(1.276)
Equipamentos operacionais	10	(871)	-	(2)	-	(873)
Total depreciação	(2.358)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2.360)
Total geral	15.678	8.302	(5)	8.987	(21)	32.941

(a) Reclassificação entre ativo imobilizado e o intangível; e (b) Refere-se a recebimento de sinistros.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	2020	2021			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	710	4.227	(348)	274.290	278.879
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	-	412	412
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	5.236	4.619	(37)	(6.734)	3.084
Total custo	5.946	8.846	(385)	267.968	282.375
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(3.349)	-	2	(3.347)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2)	(17)	-	-	(17)
Total amortização	(3.366)	(3.366)	-	2	(3.364)
Total intangível	5.946	5.480	(385)	267.970	279.011
Infraestrutura em construção	126.391	220.599	(b)	(276.957)	70.033

(*) Amortização pela curva de benefício econômico; (a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e o intangível; (b) Em 2021, refere-se, principalmente, às obras de duplicação da BR-336 Km 324+100 ao Km 344+400. Em 2020, refere-se, principalmente, às obras de trabalhos iniciais, construção das praças de pedágio e postos de atendimento ao usuário.

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	7.602	39.763
Cauções e retenções contratuais (b)	3.085	3.452
	10.687	43.215

Não circulante

	2021	2020
Cauções e retenções contratuais (b)	1.005	-
	1.005	-

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Arrendamento mercantil: a. Direito de uso em arrendamento:

	2020	2021		
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Veículos	-	940	(392)	548
	-	940	(392)	548

b. Passivo de arrendamento

	2020	2021			
	Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente	Paga-mentos	Transfe-rências	Saldo final
Circulante	298	61	(431)	406	334
Não circulante	642	-	-	(406)	236
	940	61	(431)	-	570

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 818, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	2021	2022
	236	236
	236	236

	2021		Valor Ativo fiscal	
	Reconhecido no resultado	Valor líquido	líquido	diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	14	371	385	385
Despesas pré-operacionais (a)	2.172	1.271	3.443	3.443
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	66	66
Pis e Cofins	-	8	8	8
Arrendamento mercantil	-	-	9	9
Imposto diferido líquido ativo	2.186	1.716	3.902	3.902

|--|--|--|

continuação

15. Receitas operacionais	2021	2020
Receitas de pedágio	109.884	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	217.338	118.202
Receitas acessórias	2	-
Receita bruta	327.224	118.202
Impostos sobre receitas	(9.446)	-
Abatimentos	(171)	-
Deduções das receitas brutas	(9.617)	-
Receita operacional líquida	317.607	118.202
16. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras	(61)	-
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(149)	(6)
Taxas e outras despesas financeiras	(210)	(6)
Receitas financeiras	29.632	4.628
Rendimento sobre aplicações financeiras	3	-
Juros e outras receitas financeiras	29.635	4.628
Resultado financeiro líquido	29.426	4.622

17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2021		2020	
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos				
Caixa e bancos	1.686	-	-	94
Aplicações financeiras	619.386	-	-	346.445
Contas a receber - partes relacionadas	-	13	-	260
Contas a receber	-	9.399	-	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	12.367	(43.215)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.346)	(1.053)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(464)	(436)
Passivo de arrendamento	-	-	(570)	-
	621.072	9.412	9.987	346.539
				260
				(44.704)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos identificados aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores** - partes

relacionadas - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: Fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.

- Passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
Tubarão - SC

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 2 (e), 2 (l) e 11 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 220.559 mil referente à infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não

representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse rela-

	2021	2020
Nível 2		
Aplicações financeiras	619.386	346.445

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
		Exposição em R\$	Cenário provável A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (CDB) (3)	CDI (2)	615.202	8.802	6.660
Aplicação financeira (Menkar II) (3)	CDI (2)	4.184	377	283
Total do efeito de ganho ou perda		9.179	6.943	4.669

As taxas de juros consideradas foram:

	CDI (2)	9,15%	6,86%	4,58%
(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI)				

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão: Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.896.622. (R\$ 1.218.126 em 31 de dezembro de 2020). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

19. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2021	2020
Fornecedores	-	(4.123)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	(4.123)
Adições ao ativo imobilizado	-	515
Adições ao ativo intangível	-	3.608
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	4.123

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Capital social	Arrendamento dos e JCP Mercantil	Dividendos a pagar	Total
Saldo Inicial	(451.657)	-	-	(451.657)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Integralização de capital	(529.284)	-	-	(529.284)
Pagamentos de principal e juros	-	431	-	431
Dividendos e JCP pagos	-	-	39.549	39.549
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(529.284)	431	39.549	(489.304)
Outras variações				
Reversão de ajuste a valor presente	-	(61)	-	(61)
Outras variações que afetam o caixa	-	(940)	(39.549)	(940)
Total das outras variações	-	(1.001)	(39.549)	(1.001)
Saldo Final	(980.941)	(570)	-	(981.511)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter - Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto - Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti - Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Diretor
Guilherme Motta Gomes - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0°/SC

tório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O

risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos necessários pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda. Wagner Bottino
CRC 2SP014428/O-0 Contador CRC 1SP196907/O-0

REQUERIMENTO DE AMPLIAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

A PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 01.513.315/0001-03, torna público que solicitou ao Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) a Ampliação da Licença Ambiental de Instalação (Processo N°MIN/00154/CRF) e a supressão vegetal (Processo N° VEG/84714/CRF) para o empreendimento Extração de Granito/Argila e Saibro, Tijucas, SC.



Avenida Mauro Ramos, nº 428, Centro
88020-300 - Florianópolis - Santa Catarina
Fone: + 55 48 36654190 E-mail: ima@ima.sc.gov.br
URL: www.ima.sc.gov.br



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 10/2022
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara de Vereadores de Joinville, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, torna público que realizará sessão pública para abertura dos envelopes de proposta de preço referentes à Concorrência nº 10/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE ELÉTRICA, REDE LÓGICA ÓPTICA DE BACKBONE GPON, REDE DE DADOS METÁLICA CATEGORIA 6, REDE WIRELESS, CENTRAL TELEFÔNICA IP E CONSTRUÇÃO DO DATACENTER, NO MODELO DE EXECUÇÃO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E MATERIAIS, INCLUINDO O TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, INSTALAÇÃO, TESTES, CONFIGURAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, TREINAMENTO E GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS PARA CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**
A **sessão pública** dar-se-á às **14h do dia 31/03/2022**, na sala de reuniões de licitação da Câmara de Vereadores de Joinville.
Dúvidas/informações: Divisão de Compras e Licitações – telefone (47) 2101-3290; e-mail licita@cvj.sc.gov.br.
Joinville, 29 de março de 2022
Maurício Fernando Peixer
Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville/SC



RERRATIFICAÇÃO I

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS 11/2022 – PML
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA BIBLIOTECA, SALA DE ARTE E MURO DA EMEB NOSSA SENHORA DA PENHA. O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento: Disponibilizar nova Planilha Orçamentária, conforme anexo; Em decorrência das alterações de valores da Planilha Orçamentária, passar a considerar: No subitem 8.2 do Edital: 8.2 Valor Global Estimado, Máximo: R\$ 132.180,08 (cento e trinta e dois mil, cento e oitenta reais e oito centavos). As demais cláusulas permanecem inalteradas. Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 07/04/2022 às 14:30 horas, para o dia 13/04/2022 às 09:00 horas. Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente

Lages, 29 de março de 2022.
Antônio César Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Rua José da Costa Moellmann, 197 - Bairro: Centro - CEP: 88020-17 - Fone: (48)3287-6900 - Email: capital.sucessoes@tjsc.jus.br **USUCAPIAÇÃO Nº 5001069-93.2019.8.24.0091/SC** AUTOR: HD CONSTRUÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA **EDITAL PLATAFORMA JUIZ DO PROCESSO:** Rudson Marcos - Juiz(a) de Direito Citando(a)(s): Alienantes, confinantes e seus cônjuges, réus em lugar incerto e eventuais interessados. PRAZO DO EDITAL: 20(vinte) dias OBJETO: Descrição do(s) Bem(ns): Um terreno com 356,35m², localizado na Servidão Mar Azul, bairro Campeche, Florianópolis S/C, com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Leste: medindo 19,999m em dois lances, o primeiro medindo 15,561m, e o segundo medindo 4,438m, ambos confrontando com a Servidão Mar Azul; Lateral Direita, ao Sul: medindo 17,942m, confrontando com o imóvel de Maria Luiza Damásio Araújo; Fundos, ao Oeste: medindo 19,952m, confrontando com o imóvel de posse de Luiz César Fontana; Lateral Esquerda, ao Norte: medindo 17,787m, confrontando com imóvel de posse de Rosana Porath. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) for(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos da ação de USUCAPIAÇÃO 50010699320198240091, requerida por HD CONSTRUÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA, CPF nº 05136241000186, e CITADA(S) para responder à ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 01 (uma) vez no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), e também em jornal local, esta que deverá ser feita 01 (uma) vez e providenciada pela parte (art. 257, parágrafo único, do CPC).

BAIA SUL HOSPITAL CARE S.A
CNPJ 31.701.420/0001-29 - NIRE 35.300.522.672

AVISO AOS ACIONISTAS

BAIA SUL HOSPITAL CARE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.701.420/0001-29 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Menino Deus, nº 63, Bloco B, Centro, CEP: 88020-210. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

Florianópolis, 29 de março de 2022.
Sérgio Marcondes Brincas, Diretor Presidente.

Município de Balneário Barra do Sul – SC
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 15/2022

Objeto: Aquisição Veículo novo, ano modelo 2022, do tipo pick-up, com capacidade para 2 (dois) passageiros, para secretaria de agricultura e pesca.

Forma do Pregão: Eletrônico para Registro de Preços – Menor Preço por Item.

Data/horário: 12/04/2022 às 09:00 horas (abertura) e 09:15 horas (lances), no sítio www.comprasbr.com.br.

Informações Complementares: O edital encontra-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura Municipal www.balneariobarradosul.sc.gov.br.

Balneário Barra do Sul-SC, 28 de março de 2022.

Antonio Rodrigues
Prefeito Municipal

COMPANHIA HIDROMINERAL DE PIRATUBA, CNPJ Nº. 83.076.315/0001-40,
AV. 18 DE FEVEREIRO, 2455, PIRATUBA – SC, CEP: 89.667-000, NIRE 4230000914.
CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 29 de abril de 2022, às 15h00min, no Centro de Informações Turísticas - CIT, situado na Rua Florianópolis, 246 - Piratuba - SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

PAUTA ORDINÁRIA:

1º) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Exercício encerrado em 31/12/2021;

2º) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal;

3º) Fixação da remuneração da Diretoria.

PAUTA EXTRAORDINÁRIA:

1º) Discussão sobre o ingresso acionista.

A AGO/AGE será realizada em endereço diferente da sede em função da melhor acomodação dos acionistas. Comunicamos ainda, que os Documentos da Administração, a que se refere o art. 133 da Lei Nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021 estão à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Companhia.

Piratuba – SC, 24 de março de 2022. William Knebel, Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 231/2022, para o **Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de Materiais para exames de endoscopia e colonoscopia para o Hospital Municipal São José de Joinville**, em Joinville, na Data/Horário: 08/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. (Chave TCE 1FC1258E966E4114E2E68D7591F005F0A3560832). Joinville/SC, 28 de março de 2022. Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento. Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 148/2022, destinado a aquisição de material para acondicionamento e transporte de alimentos para atender as necessidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Secretaria de Assistência Social, na Data/Horário: 12/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. Chave no TCE: C45885F7372FEAA80C45A041DAD2DD3B762D0B. Joinville, 21 de março de 2022.

Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento
Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 170/2022, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de serviços de fornecimento de refeições aos membros da delegação Joinvillense da Secretaria de Esportes, durante as competições oficiais do Estado de Santa Catarina, na Data/Horário: 13/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. Chave TCE: E9CB515B5EF8363F7743B0EEF2EF42DF1725CB3E.

Joinville, 28 de março de 2022.
Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento
Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 193/2022, para o **Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na instalação de forro estruturado com fornecimento de materiais, para a Secretaria da Saúde e Hospital São José**, em Joinville, na Data/Horário: 08/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. (Chave TCE 8772C0E10FFDF4A4ABD6C8B4D220B545E3A353DD). Joinville/SC, 28 de março de 2022. Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento. Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 207/2022, destinado ao Registro de Preços, visando o futuro e eventual serviço de certificação digital para aquisição e renovação de Certificados Digitais: e-CPF e e-CNPJ, na Data/Horário: 12/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. Chave TCE: 10BE37490064FA7598DC37724FDA2BDCE9CEDF87.

Joinville, 28 de março de 2022.
Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento
Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 194/2022, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de eletroeletrônicos, na Data/Horário: 12/04/2022 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br. UASG 453230. Chave TCE: 0420FF33AA486B3E407D621162DAD32BA315C81F.

Joinville, 28 de março de 2022.
Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento
Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva

Engie Brasil Energia S.A.

CNPJ 02.474.103/0019-48

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Acionistas da **Engie Brasil Energia S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia **28 de abril de 2022**, com início às **09 horas**, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com a seguinte Ordem do Dia: **1 - Assembleia Geral Ordinária:** 1.1 Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 1.2 Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício de 2021 e a distribuição de dividendos; 1.3 Deliberar sobre o montante da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2021; 1.4 Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; 1.5 Aprovar que as publicações legais da Companhia sejam realizadas somente em jornal de grande circulação, versões impressa e on-line; 1.6 Definir em 9 (nove) a quantidade de membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; 1.7 Deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração; 1.8 Eleger 9 (nove) membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; 1.9 Eleição do Presidente do Conselho de Administração; 1.10 Eleição do Vice-Presidente do Conselho de Administração; 1.11 Decidir pela instalação do Conselho Fiscal; e 1.12 Caso o Conselho Fiscal seja instalado, reeleger os 3 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes e fixar sua remuneração. Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 ("LS/A") e na Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM481/09"), informamos que estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/ investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos e informações: i) os previstos no artigo 9º da ICVM481/09; ii) a proposta de remuneração dos administradores e demais informações (art. 12 da ICVM481/09); iii) a proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2021 (art. 133, inc. V, da LS/A); e iv) as relativas à eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (art. 10 da ICVM481/09). Conforme disposto no artigo 141 da LS/A, no artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e no artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Informa ainda que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para participação digital na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na Assembleia, **até às 09 horas do dia 26.04.2022**, com acesso pelo link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=BD8B74808C54>, bem como enviar, por meio do mesmo link de acesso, a documentação abaixo indicada, de forma digitalizada:

- Acionistas Pessoas Físicas: documento oficial de identificação com foto. **- Acionistas Pessoas Jurídicas:** i) último estatuto ou contrato social consolidado ou de suas alterações e da ata de eleição dos diretores, caso esses não constem do contrato social; e ii) documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). **- Fundos de Investimento:** i) último regulamento consolidado do fundo ou suas alterações, do estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações do seu administrador e da ata de eleição dos diretores do administrador do fundo, caso esses não constem do contrato social; e ii) documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). Se os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador e/ou gestor de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil, conforme decisão do Colegiado da CVM, no Processo RJ2014/3578. Ademais, a procuração deve conter os requisitos elencados na LS/A e na ICVM481/09. O acionista será exclusivamente responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados em forma digitalizada à Companhia. Os acionistas que não enviarem a solicitação de participação e cadastramento no prazo e nas condições acima referidas, não poderão participar da Assembleia. A Companhia enviará em resposta, pelo e-mail cadastrado no sistema eletrônico, aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação nos prazos e condições acima, um novo link de acesso ao sistema eletrônico de participação à distância na Assembleia, que estará disponível a partir das **8h40min, do dia 28.04.2022**. Não obstante, as informações mais detalhadas sobre o acesso e a utilização do sistema pelos acionistas também serão comunicadas ao mercado e estarão disponíveis nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Com a adoção do sistema de voto a distância, os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia / corretora ou por intermédio do Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador da Companhia, ou, ainda, pelo preenchimento e remessa do Boletim de Voto a Distância, acompanhado do documento comprobatório de titularidade de ações da Engie Brasil Energia S.A. e cópia autenticada dos documentos para participação na Assembleia acima indicados, conforme o caso. Devendo observar as orientações, prazos e procedimentos disponíveis na página na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), no seguinte endereçamento: Investidores / Assembleias e Reuniões do Conselho, selecionando Voto a Distância - Orientações. Florianópolis (SC), 28 de março de 2022. Maurício Stolle Bähr - Presidente do Conselho de Administração.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 63/PMF/2022. **OBJETIVO:** O presente procedimento licitatório tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, instalação de novos pontos de luz e extensão na rede de iluminação pública em todas as Concessionárias de energia elétrica que atendem o Município de Forquilha/SC. **PROTOCOLO ATÉ:** Dia 20 de abril de 2022 às 13:45 horas. **DATA DE ABERTURA:** Dia 20 de abril de 2022 às 14:00 horas. **EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br>. Forquilha, 28 de março de 2022. **NELI SEHNEM DOS SANTOS** - Pregoeira

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 61/PMF/2022. **OBJETIVO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para construção do Centro Público de Convivência com área de 484,82 m², na Avenida Professor Eurico Back, Centro, Município de Forquilha/SC. **PROTOCOLO ATÉ:** Dia 18 de abril de 2022 às 13:45 horas. **DATA DE ABERTURA:** Dia 18 de abril de 2022 às 14:00 horas. **EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br>. Forquilha, 28 de março de 2022. **NELI SEHNEM DOS SANTOS** - Presidente da Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

TCE/SC 90B9BF79E979B03F8549E9BEB17B7D8134F0BEC9

O Município de Tubarão/SC, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, visando o Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pacientes, atletas e materiais para eventos e usuários dos serviços sociais, bem como outras demandas dos órgãos do Município de Tubarão e suas Fundações utilizando-se para tanto de ônibus, micro-ônibus e vans.

Início da Sessão Pública do Pregão Presencial: 14:00 do dia 12/04/2022.

A entrega dos envelopes será até as 19:00 do dia 11/04/2022 no Departamento de Licitações e Contratos. O edital está disponível no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site www.tubarao.sc.gov.br.

Tubarão/SC, 28 de março de 2022.
Joares Carlos Ponticelli
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032-2022

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 032-2022 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo menor Preço por LOTE

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares, destinados aos alunos Pré- Escolar e Ensino Fundamental, que fazem parte da Rede Municipal de Ensino, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data e horário para início da entrega das propostas: 29 de março de 2022 às 08:00h.

Data e horário limite para entrega das propostas: Dia 11 de abril de 2022 às 09:30HS.

Início da Sessão de Disputa de Preços: Data/Hora: 11 de abril de 2022 às 09:00h.

O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sítio à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, das 08h às 14h, ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br>

São Francisco do Sul, 28 de março de 2022.
Carlos Roberto Nunes - Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas